



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Informação n.º 99/2025-ULic

Porto Alegre, 25 de agosto de 2025.

Assunto: Dispensa de Elaboração de
Estudo Técnico Preliminar (ETP) -
Tribunal de Contas - LicitaCon.

Ao Tribunal de Contas do RS (LicitaCon).

Referimo-nos ao presente processo de contratação, no qual se verifica hipótese de dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do artigo 9º do Provimento nº 104/2023 – PGJ, que dispõe sobre a fase preparatória das contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Nos termos do dispositivo citado, a exigência de ETP fica dispensada:

- a) nas contratações, independente da modalidade jurídica, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021;*
- b) nas hipóteses dos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021;*
- c) quando já tenha sido realizado previamente, por exemplo, em licitações infrutíferas, para contratações de remanescentes do § 7.º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133/2021;*

(...)

II - poderá ser dispensado, mediante justificativa que deverá ser registrada no termo de referência, nas contratações:

- a) que possam se valer de Estudo Técnico Preliminar de contratação anterior, em tendo sido a solução proposta satisfatória e desde que atenda à demanda atual e, mediante análise de mercado, não se verifiquem soluções supervenientes, mais modernas, que devam ser avaliadas;*
- b) de serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões almejados;*

Considerando que o objeto em questão se enquadra em uma ou mais dessas hipóteses, informa-se que a elaboração do Estudo Técnico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Preliminar está formalmente dispensada, com base na norma supramencionada.

Esta decisão encontra-se registrada nos autos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem as contratações públicas.

Atenciosamente,
Luciano Fernandes Teixeira,
Coordenador da Unidade de Licitações,
Procuradoria-Geral de Justiça/
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.